



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____
Rubrica

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**

**EDITAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

**Nº 001/2026**

**REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**

**UASG:980745**

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração,  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protocolo nº 0121/2026
Folha _____
Rubrica _____

**Sumário 1.**

DO PREÂMBULO.....	3.
DA DATA E HORA .....	3.
DO OBJETO .....	3.
DO VALOR ESTIMADO E DOS PRAZOS.....	3.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	4.
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	8.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	10.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10.
DO MODO DE DISPUTA.....	11.
DESCONEXÃO .....	12.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	13.
DA NEGOCIAÇÃO .....	13.
DA PROPOSTA ADEQUADA.....	13.
DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	15.
DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS .....	27.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO .....	28.
DA GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	28.
DO TERMO DE CONTRATO .....	29.
DA NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP.....	30.
DA SUBCONTRATAÇÃO DA LEI Nº. 14.133, DE 2021.....	31.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	31.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	34.
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	35.
DA FRAUDE E LEI ANTI CORRUPÇÃO.....	38.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	39.
DOS ANEXOS.....	40.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Conceito M. C. C. C.  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

## 1. DO PREÂMBULO

1.1.O MUNICIPIO DE CAJAPIÓ-MA, através da Prefeitura Municipal de Cajapió, por meio da AGENTE DE CONTRATAÇÃO, designada por meio da Portaria nº 002/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA na forma eletrônica** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, NO REGIME POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e as condições constantes do presente Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

## 2. DA DATA E HORA

**DATA DA REALIZAÇÃO: 02/03/2026**  
**HORÁRIO: 9h00 (horário de Brasília).**

## 3. OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção de unidades habitacionais “programa minha casa, minha vida” de interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Cajapió-MA, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

3.2. A licitação será realizada em item único.

## 4. DO VALOR ESTIMADO E DOS PRAZOS

4.1. O valor máximo a ser pago para a execução do objeto desta licitação será de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões setecentos e trinta mil reais).

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura de Manoel M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

2026.012/2026
Folha _____
Rubrica _____

4.2. O Prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogados, conforme os art. 111, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O Prazo de execução da obra, será de 300 (trezentos) dias consecutivos, conforme cronograma físico financeiro apresentado, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças.

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto serão alocados pelo órgão interessado, que correrá conforme a seguinte classificação:

### RECURSO:CONVÊNIO,

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

### RECURSO:TESOURO MUNICIPAL,

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

## 6.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

6.1.1. Os licitantes deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, assim como

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Secretário de Administração  
Nº do Documento de Administração  
Planejamento e Finanças







ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

condição;

6.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

6.7. O impedimento de que trata o item 6.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.6.2 e 6.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.10. O disposto nos itens 6.6.2 e 6.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.12. A vedação de que trata o item 6.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Atestado de Conformidade  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta de preço,

até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema, que:

7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7.6. O prazo para o envio das propostas com a descrição do objeto ofertado e o preço será encerrado com a abertura da sessão pública.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no Sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Asserley da Conceição M. Oliveira  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas (proposta adequada), após a fase de envio de lances.

7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no Sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.10.2. Os lances serão de envio automático pelo Sistema, respeitado o valor final mínimo, caso

7.11. O valor final mínimo parametrizado no Sistema poderá ser alterado pelo proponente durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo proponente no Sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais proponentes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no Sistema durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor global do item.

8.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. da Comissão M. Cajapió  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

8.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.9. Será exigida a garantia da proposta conforme art. 58 da Lei nº 14.133/21, com valor correspondente a 1% do valor estimado do Edital, e deverá ser apresentada no momento da apresentação da proposta de preços, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação;

8.9.1. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.9.1.1. A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º, como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.9.1.2. No caso de opção pela "caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do Município de Cajapió/MA. Conta Corrente: nº 6844-6 Agência nº 2628-X, Banco do Brasil.

8.9.1.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.9.1.4. A apresentação da garantia da proposta no valor correspondente a 1 % (um por cento) do valor do estimado da contratação será enviada concomitantemente ao cadastramento da proposta inicial no sistema, nos termos do art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.9.1.5. A GARANTIA SERÁ EXECUTADA caso o licitante participe da licitação e "desista" de assinar o contrato, diretamente, através da recusa, ou indiretamente, através da não apresentação dos documentos necessários durante o certame.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura do Secretário M. Cereu*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protocolo nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

8.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico;

8.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos CONTRATADOS pode ensejar a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao Erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no Sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a COMISSÃO e os licitantes.

9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema durante a Sessão Pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

## 10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriely da Costa Silva  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Projetos





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protocolo nº	012/2026
Folha	
Rubrica	3

- 10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.
- 10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.8. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do Sistema, o valor com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 10.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## 11. DO MODO DE DISPUTA

- 11.1. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO.
- 11.2. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado,

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adm. da Prefeitura Municipal de Cajapió*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº 012/2026
Folha _____
1
Rubrica _____

findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.2.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o Sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.2.3. No procedimento de que trata o item supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o Sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

## 12. DA DESCONEXÃO

12.1. No caso de desconexão com a COMISSÃO, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o Sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.2. Quando a desconexão do Sistema para a COMISSÃO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela COMISSÃO aos participantes, no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Cajapió (<http://www.cajapio.ma.gov.br>)

## 13. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

13.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

13.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

13.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

13.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriely da Conceição M. Costa  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

13.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

13.2.2.2. empresas brasileiras;

13.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

#### 14. DA NEGOCIAÇÃO

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a COMISSÃO poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

14.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.3. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Costa Silva  
Dir. do Departamento de Administração,  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	<i>to</i>

## 15. DA PROPOSTA ADEQUADA

15.1. Superada a negociação, a COMISSÃO convocará o licitante classificado em primeiro lugar para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, enviar a proposta adequada ao lance vencedor ou ao valor final negociado, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação das informações e planilhas exigidas nesse Edital.

15.1.1. Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido.

15.2. É facultado à COMISSÃO prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

15.3. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

15.3.1. Dados do licitante e Resumo da Proposta de Preços, tais como: número da concorrência, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, nome completo do responsável ou representante legal pela assinatura do contrato (números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição), e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente), de acordo com o modelo apresentado no ANEXO II, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes.

15.3.1.1. Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

15.3.2. Orçamento analítico, conforme Planilhas Orçamentárias constantes do ANEXO I, expresso em moeda corrente nacional, assinado na última folha e rubricado nas demais;

15.3.3. Composição de Custos Unitários e Composições Auxiliares, conforme Planilhas Orçamentárias constantes do ANEXO I, expresso em moeda corrente nacional, assinado na última folha e rubricado nas demais;

15.3.3.1. A empresa não deverá apresentar em sua composição de preços unitários, valores de mão-de-obra inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho com abrangência no Estado do Maranhão;

15.3.3.2. A empresa não deverá apresentar preços unitários superiores aos constantes na Planilha Orçamentária, conforme Orçamento Estimativo, Composição

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

de Custos Unitários e Cronograma Físico-Financeiro;

15.3.4. Composição de BDI, conforme ANEXO I, ou modelos próprios, desde que contenham todas as informações solicitadas;

15.3.4.1. Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante a Súmula 254/2010 – TCU e o art. 9º, II, do Decreto federal nº. 7.983/2013;

15.3.5. Composição de Encargos Sociais, conforme ANEXO I, ou modelo próprio, desde que contenha todas as informações solicitadas;

15.3.6. Curva ABC, conforme ANEXO I, ou modelo próprio, desde que contenha todas as informações solicitadas;

15.3.7. Cronograma físico-financeiro, conforme ANEXO I do Edital;

15.3.8. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura;

15.3.8.1. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta apresentada, deverá o licitante, independente de comunicação formal da Comissão de Contratação, promover a revalidação da sua proposta por igual período.

15.3.9. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 62, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021, sob pena de desclassificação.

15.3.10. Os documentos exigidos nos itens 15.3.2 a 15.3.7 deverão, necessariamente, ser assinados por técnico registrado no CREA ou CAU, com identificação e número do registro devida.

15.3.11. Os preços deverão ser em moeda nacional corrente, tendo como data base a data de abertura da sessão.

15.3.12. A proposta deverá ser rigorosamente formulada nas condições definidas neste Edital.

## 16. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Apresentada a proposta ajustada ao lance vencedor ou ao valor final negociado,

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura de Manoel M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

a COMISSÃO examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022

16.2. A COMISSÃO poderá solicitar parecer de técnicos, para orientar sua decisão ou manifestação escrita do órgão requisitante ou ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao referido órgão, para orientar a sua decisão.

16.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

16.3.1. Contiver vícios insanáveis;

16.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

16.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

16.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.4. A caracterização do sobrepreço na análise da exequibilidade, considerado o regime de execução da empreitada por preço global, se dará pela superação do valor global estimado.

16.5. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

16.6. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

16.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

16.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

16.8.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

16.8.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinado*  
Assessoria da Comissão M. Comu  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

não alterem a substância das propostas;

16.8.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

16.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a COMISSÃO examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.10. Havendo necessidade, a COMISSÃO suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

16.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a COMISSÃO verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 17. DA FASE DE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 17.1.1. Habilitação Jurídica, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
- Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de recebimento dos documentos;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Lacerda  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	6

g. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços. O documento deverá ser expedido no máximo 60 (sessenta) dias antes da data de recebimento dos documentos;

**17.1.2. Regularidade Fiscal, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

- a. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- b. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;
- c. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
- d. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
- e. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
- f. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
- g. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Asserley da Conceição M. Correia  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

i. Certidões simplificada e específica expedidas pela Junta Comercial do Estado, domicílio da sede da licitante, acompanhada da certidão de inteiro teor de todas as alterações contratuais, o documento deverá ser expedido no máximo 30 (trinta) dias antes da data de recebimento dos documentos.

j. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.1, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 42, §1º, LC 123/06). Este benefício será concedido somente às empresas que obtiveram o benefício de ME ou EPP.

k. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item 8.4, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 13.

**7.1.3. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

a. Balanços patrimoniais e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 exercícios sociais, de acordo com Lei vigente, com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedados a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que estejam registrados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 01 (um), indicados pela licitante, bem como índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILL), acompanhadas do respectivo DHP do profissional que elaborou e Certidão do referente ao Balanço Patrimonial. (Art. 69, Inciso I, Lei 14.133/2021).

b. Excetua-se da exigência da alínea anterior o microempreendedor individual (art. 18 da LC 123/2006 c/c art. 1.179, § 2º CC) e as Micro e Pequenas Empresas que propuserem habilitação em licitações cujos objetos sejam para o fornecimento para pronta entrega ou para locação de materiais (art. 3º Decreto Federal nº 6.204/2007).

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Arquivo da Gerência M. C. C. C.  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

c. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura, acompanhado do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado levantado com base no mês imediatamente anterior à data de apresentação da proposta.

d. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou; Publicados em jornal de grande circulação ou; Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou; Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

e. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

f. Garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. FIANÇA BANCÁRIA – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Cajapió-MA, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

g. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/regapolices/pesquisa.asp>>

h. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Atenuy da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Finanças e Patrimônio



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº 012/2016
Folha _____
Rubrica _____

requerimento.

i. Comprovação de Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**7.1.4. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:**

a. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho competente, que demonstrem que a licitante já tenha executado no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância.

DESCRIÇÃO		
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 (BASE COMPOSIÇÃO SINAPI 103328)	M2	865,00
PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLHADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	M3	11,3
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M2	M2	191

b. Registro ou Inscrição da licitante no Conselho competente da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Conselho M. Orenu  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

d. É de exclusiva responsabilidade da Empresa vencedora, quando necessário, solicitar, autorização, concessão ou licença ao órgão ambiental competente para instalação, operação e execução dos serviços, devendo ser declarado pelo licitante.

e. É de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, quando necessário, solicitar, alvará para instalação e operação/funcionamento do canteiro de obras, assim como a licença ambiental ou dispensa e habite-se junto aos órgãos competentes, assim como autorização de supressão vegetal ou autorização de limpeza de área quando necessário a retirada da camada vegetal para a implantação do canteiro de obras, devendo ser declarado pelo licitante.

f. As exigências adicionais de qualificação técnica estabelecidas além do rol previsto na Lei 14.133/21 visam garantir a contratação de uma empresa com a expertise necessária para a execução adequada dos serviços propostos. Essas exigências têm o propósito de evitar que empresas sem capacidade técnica se candidatem e não sejam capazes de realizar o serviço essencial para o município. O objeto licitado, que abrange serviços significativos, apresenta uma complexidade considerável, permitindo uma variedade de soluções técnicas para sua execução. Além disso, é fundamental assegurar a segurança, qualidade, regularidade e continuidade na prestação desses serviços, os quais são de natureza essencial, conforme estabelecido pelo art. 2º, inciso XI, da Lei nº 11.445/2007. O não cumprimento desses requisitos poderia colocar em risco a integridade do cidadão, saúde pública e o meio ambiente do município.

g. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme quantitativo mínimo indicado na alínea "A";

h. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico- profissional deverão pertencer ao quadro permanente do licitante;

i. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente: Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente; Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor; Profissional contratado: contrato de prestação de serviço vigente, devidamente registrado no conselho profissional competente.

j. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico- profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. da Comissão A. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

k. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

l. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU da região sede da empresa;

m. Certidão de Registro e Quitação de responsável técnico, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU;

n. Comprovar a Capacidade técnico-profissional: Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(s) técnicos e/ou membros de equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT expedida pelo CAU, relativo à execução de serviços de maior relevância;

o. Visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade. A visita deverá ser agendada com antecedência junto ao Setor de Licitação da Prefeitura e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

p. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra.

q. Apresentar declaração de que contratará pessoas presas ou egressos acompanhados de certidão/declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo, nos termos do Decreto Federal 9.450/2018 e do Decreto Estadual de 10.182/2014;

17.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico- financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

17.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura de Manoel M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Fiscalização e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2016
Folha
2
Rubrica

País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

17.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

17.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

17.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

17.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

17.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

17.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.10. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

17.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

17.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Atestado de Autenticidade  
Dir. do Departamento de Administração  
Finanças e Planejamento



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protocolo nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

17.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

17.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

17.12.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

17.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

17.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

17.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

17.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e 17.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos,

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

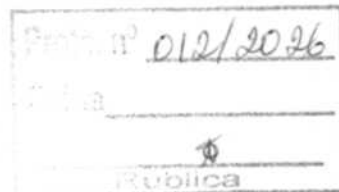
CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Coordenador  
Vice do Departamento de Administração  
e Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 17.12.2.

17.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

17.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **17.1.5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

17.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

17.1.5.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº. 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.1.5.3. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.1.5.4. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.1.5.5. No julgamento da Habilitação, a COMISSÃO poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.1.5.6. A COMISSÃO poderá solicitar parecer de técnicos, para orientar sua decisão ou manifestação escrita do órgão requisitante ou ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao referido órgão, para orientar a sua decisão.

17.1.5.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

17.1.5.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

procedimentos de que trata o item anterior.

17.1.5.9.Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao Sistema, a COMISSÃO poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado item 24.1 deste Edital.

17.1.5.10.O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado por igual período, sendo que tal pedido deverá ser realizado dentro do prazo inicial concedido.

17.1.5.11.Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.1.5.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a COMISSÃO suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

17.1.5.13.As certidões que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 90 (noventa) dias corridos, a contar de sua emissão.

17.1.5.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

18.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

18.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Assessoria da Comissão de Licitação  
Direção do Departamento de Administração  
Planejamento e Monitoramento





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

18.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema;

18.3.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

18.3.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

18.3.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

18.3.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

18.3.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

18.3.10. Os documentos relativos às decisões da COMISSÃO ou aos eventuais pronunciamentos do órgão interessado pertinentes à fase externa da licitação, serão disponibilizados no Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/>), e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Cajapió-MA (<http://www.cajapio.ma.gov.br>).

## 19. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

19.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

19.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

19.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

19.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

19.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA

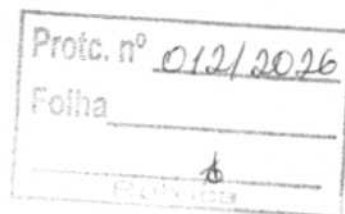


Assinatura do Coordenador de Administração  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



## 20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1.A Administração Municipal convocará a licitante vencedora, após a homologação da Concorrência Pública e adjudicação a informar a modalidade de garantia de execução contratual, no valor de 5% (cinco por cento), do valor global contratado, nas modalidades indicadas no art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

20.2.No caso de a vencedora do certame optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

20.3.A garantia contratual e o seguro da obra observarão os prazos e condições estabelecidos na minuta contratual em anexo, parte integrante deste edital.

## 21. DO TERMO DE CONTRATO

21.1. As cláusulas contratuais estão descritas na Minuta de Contrato, ANEXO VI deste Edital.

21.2.Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.1.2.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

21.2.Como condição para celebração do contrato a adjudicatária deverá:

- a) manter as condições de habilitação;
- b) não possuir fato impeditivo perante os cadastros do (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, e CNIS-CNJ);

21.3.É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

neste Edital.

21.4.Ao assinar o contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do Termo de Referência, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina do artigo 125, § 6º, III a VI, da Lei nº 12.465, de 2011.

21.5.O contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle da execução.

21.6.A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.7.Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

## 22. DA NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

22.1. Não se aplicam a esta contratação as disposições constantes dos artigos. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme determinação do art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021.

## 23. DA SUBCONTRATAÇÃO DA LEI Nº. 14.133, DE 2021

23.1.A forma de execução se dará via integral, não sendo possível a subcontratação.

23.2.À CONTRATADA caberá toda a execução das obras e serviços objeto deste "PROJETO BÁSICO" e seus Anexos.

23.3.Todos os serviços e ou materiais que constam da planilha de preços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

23.4.Não será admitida qualquer alteração de itens de serviços, quantitativos ou unidades na planilha de preços unitários fornecida pela CONTRATANTE, que deverá ser totalmente preenchida pelo empreiteiro, sob pena de inabilitação.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*[Assinatura]*  
Assessoria da Prefeitura M. Cajapió  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	Bruno

## 24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

24.1.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

24.2. A licitante que incorrer nas infrações administrativas previstas no item 24.1. anterior sujeitar-se-á às seguintes sanções:

I - advertência: exclusivamente pelas infrações administrativas do inciso I do item 24.1 e no caso de descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - multa com relação a qualquer das infrações previstas no item 24.1, e será calculada na forma prevista neste edital e/ou no contrato

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

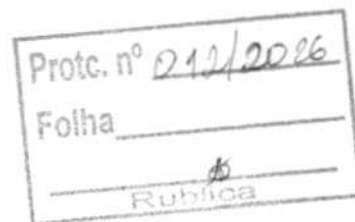
CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Análises



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



III- impedimento: pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do item 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV- inidoneidade: pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do item 24.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave de impedimento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

24.3. Para fins de aplicação da advertência, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração.

24.4. A sanção de advertência, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

24.5. As sanções de impedimento e inidoneidade serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida

24.6. A aplicação das sanções previstas nas alíneas do item 24.2. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

24.7. Ficam estipuladas as seguintes multas, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da conduta:

24.7.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), do valor total fixado no edital para os itens e/ou grupos objeto da proposta, para as infrações previstas nos incisos IV a VI e VIII a XII do item 24.1;

24.8. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo para apuração da irregularidade e a aplicação de sanções, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório;

24.9. Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias do § 1º do art.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Atestado da Comissão de Licitação  
Do Departamento de Administração  
e Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.10. Após a regular tramitação do procedimento administrativo para apuração da irregularidade e a aplicação de sanções e havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento;

24.10.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento a Administração poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

24.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.11. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN e na Dívida Ativa do município e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/1980, sem prejuízo da correção monetária pelo IPCA-E ou outro índice que porventura venha a substituí-lo;

24.12. As disposições das Sanções não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da conduta;

24.12.1. Nesses casos, os atos lesivos serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Federal nº 12.846/2013.

24.13. Quando a conduta da empresa acarretar a frustração do certame deverá ressarcir a Administração no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Armando da Conceição M. Coelho  
Dir. de Planejamento e Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

**25.DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico, até as 23h59 do último dia do prazo do item anterior, para o e-mail indicado no item 24.1 deste Edital. Se encaminhado na extensão "pdf", solicitamos também encaminhar uma via do documento em extensão "doc".

25.3. O pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

25.3.1. Número do certame impugnado;

25.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

25.3.3. Razões da impugnação;

25.3.4. Nome do signatário da impugnação;

25.3.5. Dados da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante.

25.4. Ao Membro Relator, com o auxílio dos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico e seus anexos, bem como do assessoramento à COMISSÃO no âmbito desta Central de Licitação, cabe decidir sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento.

25.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico desta CPL no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento também será divulgado no Sistema.

25.7. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

25.8. Não será reconhecida a impugnação ou pedido de esclarecimento quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

25.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela COMISSÃO, nos autos do processo da licitação.

25.10. Decairá o direito de impugnar ou pedir esclarecimento nos termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha, depois do julgamento da abertura da sessão pública, apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças  
34/94



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. n.º 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

manifestação não terá efeito de recurso.

## 26.DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1.Conforme o Art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I-não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II-desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III-alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV-decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V-caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI-atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII-atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII-razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.2.O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I-supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Atestado de Recebimento  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	
Assinatura	

II-suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III-repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações emobilizações e outras previstas;

IV-atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

26.3.As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 26.2. observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

26.4.Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

26.5.A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinatura*  
Diretor do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	Rúbrica

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.6.A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.7.Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

26.8.A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133,2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
  - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

26.9.A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 26.8 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

26.9.1.Na hipótese do inciso II do item 26.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário(a) municipal competente.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

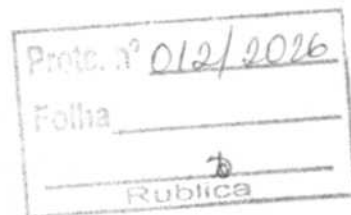
CAJAPIÓ-MA



*Andreia da Conceição M. Correia*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



## 27.DA FRAUDE E DA LEI ANTICORRUPÇÃO

27.1 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

27.2. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

## 28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Toda e qualquer comunicação com a COMISSÃO será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do e-mail [cpl.cajapio.ma2017@gmail.com](mailto:cpl.cajapio.ma2017@gmail.com) ou, quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do Sistema, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico que não o indicado neste Edital.

28.2. Será divulgada ata da sessão pública no Sistema.

28.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela COMISSÃO.

28.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Atividade da Comissão de Licitação*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Arquivos





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha
Rubrica

da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Cajapió-MA (<http://www.cajapio.ma.gov.br>).

## 29. DOS ANEXOS

29.1. O Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

### **ANEXO I – Pasta Técnica, contendo:**

1. Estudo Técnico Preliminar
2. Projeto Básico;
3. Planilhas:
  - 3.1. Resumo do Orçamento;
  - 3.2. Planilha Orçamentária;
  - 3.3. Composição de Custos Unitários;
  - 3.4. Composição de BDI;
  - 3.5. Cronograma físico-financeiro;
  - 3.6. Curva ABC;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

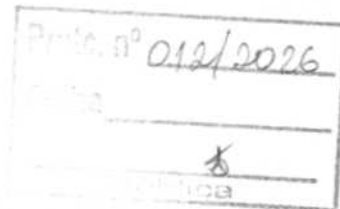
CAJAPIÓ-MA



*Adriano da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



3.7. Encargos Sociais.

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO;**

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP;**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA E DISPENSA DE VISTORIA E CONHECIMENTO DO LOCAL;**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO FORMAL DE CONHECIMENTO PLENO DA CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO**

29.2.Fica entendido que o presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

29.3.Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço acima mencionado, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

29.4.O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de São Vicente de Férrer-MA, com exclusão de qualquer outro.

Cajapió (MA), 28 de janeiro de 2026.

***Adriely da Conceição Matos Coelho***

Diretora de Departamento de Administração e Finanças

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adriely da Conceição Matos Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração e Finanças  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protocolo nº	0121/2026
Assinatura	
Carimbo	

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

1. OBJETO O presente Projeto Básico tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS "PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA" NO MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ/MA.

**2. JUSTIFICATIVA**

O Município de Cajapió /MA possui um elevado déficit habitacional, constatado não apenas pela carência de novas moradias, mas também pelas condições precárias das habitações existentes, que abrigam parcela significativa da população de baixa renda. Essa realidade tem sido agravada ao longo dos anos por recorrentes enchentes, que deixaram inúmeras famílias desabrigadas e em situação de extrema vulnerabilidade social.

A ausência de habitação adequada compromete diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e repercute de forma negativa em diversos setores, como saúde, educação e segurança pública. Famílias sem acesso a moradias dignas ficam expostas a riscos elevados de doenças, sofrem com o agravamento de condições sociais já fragilizadas e enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos essenciais e oportunidades de trabalho.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à garantia do direito à moradia, em consonância com o disposto no artigo 6º da Constituição Federal. A construção de novas unidades habitacionais não representa apenas uma resposta à demanda por moradias, mas configura um passo essencial para a promoção do bem-estar social, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável do município de Cajapió /MA.

**3. DA PRECIFICAÇÃO**

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. de Constr. Civil  
Dir. de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026  
Folha \_\_\_\_\_  
R. \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL(R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS "PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA" NO MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ/MA.	SERVIÇO	01	2.730.000,00

O Valor Global Estimado da obra será de **R\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil reais)**, conforme planilhas orçamentárias apresentadas pelo departamento de engenharia.

### 3. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO CONSTRUTIVA

Todos os procedimentos técnicos adotados para a execução dos serviços de engenharia necessários deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras da ABNT pertinentes.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Coordenar e monitorar as ações relativas ao desenvolvimento das atividades executadas pela empresa CONTRATADA.

Definir mecanismos de gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, assim como avaliar a execução mensal dos serviços em andamento, e sua compatibilidade com os quantitativos e especificações contratadas.

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de um servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. A. C. *[assinatura]*  
Diretor de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2016
Folha _____
Rubrica _____

Pagar a importância correspondente ao serviço no prazo contratado.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Fornecer todos os recursos necessários e adequados para o bom andamento dos serviços.

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços através de profissionais qualificados de acordo com o perfil necessário, na forma indicada pelo CONTRATANTE e em conformidade com os serviços constantes da O.S. expedida pelo CONTRATANTE.

Arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais e outros afins, no atendimento dos objetivos em questão.

Responsabilizar-se pelo pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades, Federais, estaduais ou Municipais, em consequência de fato a ela imputável ou por atos de seu pessoal.

Responder por todos e quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais ou prepostos às dependências, instalações e equipamentos do CONTRATANTE e de terceiros, a título de culpa ou dolo devidamente comprovados, providenciando a correspondente indenização.

Apresentar cronograma detalhado de execução com datas de início e término da obra, compatibilizado com os quadros de demanda, visando à programação das diversas fases dos serviços.

Contratar profissionais para a prestação dos serviços com a capacitação adequada e através do regime CLT.

Atender as solicitações de serviços do CONTRATANTE, de acordo com especificações técnicas, procedimentos de controles administrativos, cronogramas de execução que venham a ser estabelecidos nas OS.

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adm. de Contratos*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

## 6. DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato será firmado por meio de instrumento formal entre as partes.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 111, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os serviços técnicos decorrentes da licitação deverão obedecer ao Cronograma Físico-financeiro que integra este Termo de Referência que prevê a conclusão dos mesmos em 300 (trezentos) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA. A prorrogação desse prazo poderá ocorrer somente dentro dos termos da lei vigente.

O início dos serviços se dará em 05 (cinco) dias a partir do recebimento da ordem de serviço.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento será efetuado através Boletins de Medição, na forma abaixo:

- Após a conclusão dos serviços, com os devidos aceites e homologações por parte da CONTRATANTE, serão apresentadas para pagamento cópias dos Boletins de Medição devidamente autenticadas juntamente com as Notas Fiscais/Faturas.
- O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA somente os valores contidos nos Boletins de Medição, devidamente atestados e homologados pela CONTRATANTE não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquias ou de garantia de execução de valores mínimos.
- O pagamento será realizado até o quinto (5º) dia útil após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura anexada de cópia da Ordem de Serviço homologada. A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes comprovantes:
- Mensalmente cópia autenticada da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social completa e quitada, e seu respectivo comprovante de entrega, nos termos da legislação vigente. A

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Contrato nº 012/2026  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026
Folha
1

CONTRATADA deverá:

- Mensalmente cópia autenticada da GPS - Guia da Previdência Social quitada com o valor indicado no relatório da GFIP.
- Trimestralmente a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.
- A não apresentação dos itens conforme descritos acima implicarão na suspensão dos pagamentos até a sua regularização.
- Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato, e que venham ser estabelecidas na OS.
- Elaborar os relatórios de acompanhamento de execução e de conclusão de serviços.

**8. DA VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO ÀS OBRAS E AO PESSOAL.**

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das obras, o respectivo Plano de Segurança abrangendo todas as suas fases tais como demolições, construções, manutenção de canteiro, etc.

A CONTRATADA será responsável única, perante CONTRATANTE e terceiros, por quaisquer danos que vier a causar, em consequência do serviço, a materiais, bens ou pessoas, sendo da própria CONTRATANTE ou de terceiros.

Deverá a CONTRATADA manter sinalização diurna e noturna nos trechos em que serão executados os serviços que apresentarem riscos de acidente, respondendo pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros por falhas no cumprimento deste dispositivo.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela segurança de seu pessoal nas obras através de seu serviço de Medicina do Trabalho devidamente representado na CIPA.

Os serviços de vigilância e a responsabilidade de guarda de materiais, ferramentas e equipamentos, nas áreas dos trabalhos, serão de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Secretário de Administração  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2016
Folha
Rubrica

## 9. DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO se exercerá em caráter permanente por intermédio de pessoal especializado da CONTRATANTE, designado para este mister.

Caberá exclusivamente à CONTRATADA, refazer os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá manter ou construir, no canteiro de serviços, acomodações adequadas para que o pessoal da FISCALIZAÇÃO possa exercer sua função com relação aos serviços objeto do contrato firmado.

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA e vice-versa far-se-á sempre por escrito, através do Livro de Obras, assinada por seus representantes credenciados nas devidas oportunidades, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

Todas as solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) Engenheiro(s) condutor(es) dos serviços serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

A CONTRATADA será obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro de obras, todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender os serviços, total ou parcialmente, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da Fiscalização.

A CONTRATADA deverá proporcionar à FISCALIZAÇÃO, amplo acesso a qualquer local dos serviços e facilitar, ainda, os meios no sentido de que a mesma FISCALIZAÇÃO possa exercer suas funções de forma completa, devendo, também,

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	108

providenciar o imediato atendimento de todas as observações da FISCALIZAÇÃO.

Das decisões da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, ao Prefeita, no prazo de 10 (dias) corridos, contados do recebimento da notificação.

#### 10. DA DIREÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS

Logo após o início das obras, a CONTRATADA deverá detalhar o cronograma físico financeiro apresentado na licitação.

A CONTRATADA manterá para a direção geral dos trabalhos, pessoas idôneas, capazes e que tenham grande experiência de serviços desta natureza, pessoas essas que a representarão e receberão as orientações e reclamações da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA ficará obrigada a preencher e a fornecer à FISCALIZAÇÃO o "Boletim Diário", de acordo com o modelo estabelecido pela mesma FISCALIZAÇÃO, nele registrando o pessoal em serviço, os equipamentos, os serviços executados, a jornada de trabalho, as condições do tempo, observações de ocorrências, etc.

A CONTRATADA deverá providenciar a confecção da placa indicativa dos serviços de acordo com o modelo fornecido pela CONTRATANTE e instalá-la em local escolhido pela FISCALIZAÇÃO.

A área prevista para instalação do canteiro de obras deverá ser indicada pela CONTRATADA e aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

#### 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL;

A forma de execução se dará via integral, não sendo possível a subcontratação.

À CONTRATADA caberá toda a execução das obras e serviços objeto deste "PROJETO

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Conselho Municipal  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 0121/2026
Folha _____
Rubrica _____

BÁSICO" e seus Anexos.

Todos os serviços e ou materiais que constam da planilha de preços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

Não será admitida qualquer alteração de itens de serviços, quantitativos ou unidades na planilha de preços unitários fornecida pela CONTRATANTE, que deverá ser totalmente preenchida pelo empreiteiro, sob pena de inabilitação.

## 12. DOS MATERIAIS

Todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços licitados deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, rigorosamente adequados à finalidade a que se destinam e deverão estar enquadrados nas normas, especificações, métodos, padronizações, terminologias e simbologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que lhe sejam aplicáveis. Os mesmos não poderão ser empregados sem a aprovação da FISCALIZAÇÃO, que poderá solicitar os dados necessários à comprovação da natureza, qualidade e o fornecimento de amostras.

Todos os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO serão imediatamente removidos do canteiro de serviços.

## 13. DO PESSOAL

Na execução dos serviços, a CONTRATADA empregará mão-de-obra devidamente habilitada.

A CONTRATANTE tem o direito de a seu exclusivo critério e sem assumir o ônus por qualquer indenização perante a CONTRATADA, exigir a imediata substituição de qualquer dos seus empregados que ela venha a julgar incompetente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços.

A CONTRATADA será a responsável pelo pagamento dos salários e todos os encargos sociais e trabalhistas, vale-transporte, vale-refeição, uniforme, E.P.I. etc., deverá observar os preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, e ficará obrigada a assumir a responsabilidade para todos os

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

efeitos legais, por todos os seus funcionários, como única empregadora, reconhecendo expressamente que em hipótese alguma, se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre os seus funcionários e a CONTRATANTE, com total isenção e exclusão da CONTRATANTE em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

A CONTRATADA também responderá pecuniariamente, perante CONTRATANTE ou terceiros, por eventuais furtos praticados pelos seus empregados, resguardando-se seu direito a eventuais ressarcimentos pelas companhias seguradoras.

Mediante prévia e expressa autorização formal da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá subempreitar parte ou partes dos trabalhos de topografia, pavimentação, controle tecnológico e redes de utilidades, ficando entendido que, mesmo com essa autorização, não ficará retirada ou diminuída a exclusiva e única responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

#### 14. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

As unidades com que os serviços serão medidos, para fins de pagamento, estão expressas na Planilha Analítica que integra o Projeto Básico.

Os critérios de medição de todos os serviços consideram o pagamento de etapas executadas, não sendo aceita a proposição de adiantamento para quaisquer delas.

Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, EPI's e mão-de-obra específica e adequada aos serviços deverão estar previstos e inclusos nos preços de cada item, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas mesmo quando não mencionadas expressamente na composição de preços unitários fornecidos pela CONTRATADA.

Eventualmente ou em caráter excepcional, a CONTRATADA poderá solicitar a CONTRATANTE o desdobramento de preços contratuais. A aceitação do pedido, porém, ficará sujeita à aprovação da FISCALIZAÇÃO, que, inclusive, poderá rejeitá-lo.

A fatura da medição contratual será encaminhada à CONTRATANTE, juntamente com o respectivo Boletim de medição, este emitido pela CONTRATANTE e cópias autenticadas das últimas guias de recolhimento já exigíveis do FGTS e INSS.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adm. de Cajapió*  
Delegado de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2016
Folha	
Rubrica	<i>b</i>

O pagamento dos serviços será efetuado no prazo estabelecido no contrato, após a apresentação da fatura correspondente ao período vencido, condicionado a conferência e aceitação pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

### 15. DA CONCLUSÃO E ENTREGA DAS OBRAS

A não ser em consequência de trabalhos extraordinários, não previstos neste "PROJETO BÁSICO", de condições meteorológicas desfavoráveis ("IN LOCO") ou de fatos impeditivos para os quais a CONTRATADA não tenha concorrido, outras situações não deverão afetar a data fixada para a entrega dos serviços contratados.

As obras ou serviços deverão ser entregues completamente acabados, livres de entulho, restos de materiais e inteiramente limpas.

Verificado o cumprimento e atendimento de todas as exigências contidas neste "Termo de Referência", e após a entrega dos desenhos "as built", a CONTRATANTE aceitará provisoriamente os serviços no prazo de 30 dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão dos mesmos. Durante este período, a Contratada deverá refazer, por sua própria conta, os serviços que apresentarem defeitos. Uma vez corrigidos tais defeitos, e fornecidos os desenhos representativos da obra, o Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE será efetivado 60 (sessenta) dias após o Recebimento Provisório mediante solicitação da Contratada, também por escrito, formalizando-se a aceitação através de "Termo Final de Entrega e Recebimento".

Quando do recebimento definitivo do referido contrato, será devolvida a caução a CONTRATADA, permanecendo, porém, a responsabilidade deste pelo prazo previsto em lei.

### 16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 16.1. Habilitação Jurídica, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
- Prova de registro comercial, no caso de empresa individual

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adm. do Contrato*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- d. No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de recebimento dos documentos;
- g. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços. O documento deverá ser expedido no máximo 60 (sessenta) dias antes da data de recebimento dos documentos;

**16.2. Regularidade Fiscal, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

- a. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- b. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;
- c. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
- d. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adilson*  
Assessor da Câmara Municipal  
Depto. de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____ 1 _____
Rubrica _____

Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para aquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

e. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

f. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

g. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

i. Certidões simplificada e específica expedidas pela Junta Comercial do Estado, domicílio da sede da licitante, acompanhada da certidão de inteiro teor de todas as alterações contratuais, o documento deverá ser expedido no máximo 30 (trinta) dias antes da data de recebimento dos documentos.

**16.3. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

a. Balanços patrimoniais e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 exercícios sociais, de acordo com Lei vigente, com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedados a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que estejam registrados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 01 (um), indicados pela licitante, bem como índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILL), acompanhadas do respectivo DHP do profissional que elaborou e Certidão do

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

referente ao Balanço Patrimonial. (Art. 69, Inciso I, Lei 14.133/2021).

b. Excetua-se da exigência da alínea anterior o microempreendedor individual (art. 18 da LC 123/2006 c/c art. 1.179, § 2º CC) e as Micro e Pequenas Empresas que propuserem habilitação em licitações cujos objetos sejam para o fornecimento para pronta entrega ou para locação de materiais (art. 3º Decreto Federal nº 6.204/2007).

c. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura, acompanhado do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado levantado com base no mês imediatamente anterior à data de apresentação da proposta.

d. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou; Publicados em jornal de grande circulação ou; Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou; Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

e. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

f. Garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. FIANÇA BANCÁRIA – CARTA DE

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Administrador  
De Desenvolvimento e Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026  
Folha 1

FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Cajapió, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

g. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>>

h. A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

i. Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 10 % do valor estimado da contratação.

**16.4. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:**

a. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho competente, que demonstrem que a licitante já tenha executado no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância.

DESCRIÇÃO		
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 (BASE COMPOSIÇÃO SINAPI 103328)	M2	865,00

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano de Castro M. Coelho  
Diretor de Administração e Finanças  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLHADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	M3	11,3
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M2	M2	191

- b. Registro ou Inscrição da licitante no Conselho competente da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- c. ação do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realiz pelos trabalhos;
- d. É de exclusiva responsabilidade da Empresa vencedora, quando necessário, solicitar, autorização, concessão ou licença ao órgão ambiental competente para instalação, operação e execução dos serviços, devendo ser declarado pelo licitante.
- e. É de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, quando necessário, solicitar, alvará para instalação e operação/funcionamento do canteiro de obras, assim como a licença ambiental ou dispensa e habite-se junto aos órgãos competentes, assim como autorização de supressão vegetal ou autorização de limpeza de área quando necessário a retirada da camada vegetal para a implantação do canteiro de obras, devendo ser declarado pelo licitante.
- f. As exigências adicionais de qualificação técnica estabelecidas além do rol previsto na Lei 14.133/21 visam garantir a contratação de uma empresa com a expertise necessária para a execução adequada dos serviços propostos. Essas exigências têm o propósito de evitar que empresas sem capacidade técnica se candidatem e não sejam capazes de realizar o serviço essencial para o município. O objeto licitado, que abrange serviços significativos, apresenta uma complexidade considerável, permitindo uma variedade de soluções técnicas para sua execução. Além disso, é fundamental assegurar a segurança, qualidade, regularidade e continuidade na prestação desses serviços, os quais são de natureza essencial, conforme estabelecido pelo art. 2º, inciso XI, da Lei nº 11.445/2007. O não cumprimento desses requisitos poderia colocar em

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Arquivo do Conselho M. Cnein  
Dir. de Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026
Folha
Rubrica

risco a integridade do cidadão, saúde pública e o meio ambiente do município.

g. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme quantitativo mínimo indicado na alínea "A";

h. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico- profissional deverão pertencer ao quadro permanente do licitante;

i. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente: Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente; Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor; Profissional contratado: contrato de prestação de serviço vigente, devidamente registrado no conselho profissional competente.

O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico- profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

k. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

l. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU da região sede da empresa;

m. Certidão de Registro e Quitação de responsável técnico, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU;

n. Comprovar a Capacidade técnico-profissional: Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(s) técnicos e/ou membros de equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT expedida pelo CAU, relativo à execução de serviços de maior relevância;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

o. Visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade. A visita deverá ser agendada com antecedência junto ao Setor de Licitação da Prefeitura e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta. A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

p. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra.

q. Apresentar declaração de que contratará pessoas presas ou egressos acompanhados de certidão/declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo, nos termos do Decreto Federal 9.450/2018 e do Decreto Estadual de 10.182/2014;

## 17. DAS SANÇÕES

17.1 Sem prejuízo das regras previstas nos art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, constantes do Capítulo I, incluso no Título IV, comete ato passível de sanção o Licitante que:

17.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

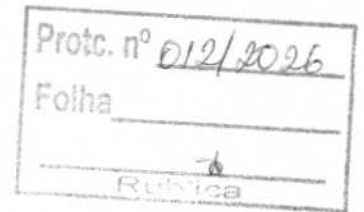
CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



17.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;  
17.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, Capítulo I, incluso no Título IV da normativa federal, e demais disposições da legislação vigente.

**18. DA FONTE DE RECURSOS: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os recursos serão provenientes de dotação orçamentária, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual.

**RECURSO: CONVÊNIO,**

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

**RECURSO: TESOURO MUNICIPAL,**

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

**IMPORTANTE**

➤ Ao receber as propostas, a CONTRATANTE entende que cada proponente tenha tido pleno conhecimento deste "Projeto Básico", das condições gerais que regerão o Contrato, e das condições com que se fará o transporte do pessoal, de materiais e de equipamentos, locais dos serviços como: natureza, tipo e relevo do terreno, edificações próximas, obstáculos, condições pluviométricas, etc.

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Conselho M. Crelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
	Rubrica

➤ Cada proponente deverá ter pleno conhecimento dos acórdãos do TCU, dos Decretos-Lei, medidas provisórias e demais dispositivos legais para a realização das obras objeto deste "Projeto Básico" e que regulam esse tipo de empreendimento.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly do Carmo M. Chelho  
Diretora de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Publica	

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO II  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS "PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA" NO MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ /MA.

**1. Descrição da necessidade**

O Município de Cajapió/MA enfrenta um quadro crítico de déficit habitacional, caracterizado tanto pela insuficiência de novas moradias quanto pela precariedade das unidades existentes, que abrigam parcela significativa da população de baixa renda. Esse cenário foi agravado por episódios recorrentes de enchentes ao longo dos últimos anos, os quais resultaram em inúmeras famílias desabrigadas, intensificando a vulnerabilidade social e a urgência por soluções habitacionais. A carência de habitações adequadas impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e compromete setores essenciais da gestão pública, como saúde, educação, assistência social e segurança. Famílias sem moradia digna estão mais suscetíveis a problemas de saúde decorrentes da insalubridade, enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos básicos, sofrem com a insegurança em ocupações precárias e têm menos oportunidades de inserção produtiva e social. Nesse contexto, a construção de novas unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida apresenta-se como medida essencial para a redução do déficit habitacional, promoção da dignidade humana e fortalecimento das políticas públicas de inclusão social. Trata-se de iniciativa que, além de garantir o direito fundamental à moradia previsto no artigo 6º da Constituição Federal, contribuirá para o desenvolvimento sustentável do município, gerando empregos, movimentando a economia local e proporcionando melhoria substancial na qualidade de vida da população beneficiada. Assim, a necessidade da contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica e operacional inerente à execução de obras de engenharia em escala habitacional, bem como pelo cumprimento das diretrizes e requisitos definidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

**2. Descrição dos Requisitos da Contratação**

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Conselho M. Chelha  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Capacidade técnica e operacional comprovada, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, apta a realizar obras de urbanização e reforma de espaços públicos;
- Execução dos serviços em conformidade com o projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação;
- Disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos adequados e insumos compatíveis com as especificações técnicas previstas;
- Observância às normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis à construção civil, especialmente no que se refere à acessibilidade, segurança, infraestrutura urbana e sustentabilidade;
- Cumprimento da legislação vigente, inclusive trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental, bem como às exigências da Lei nº 14.133/2021, no que couber;
- Apresentação de responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA e com atribuições compatíveis com o objeto da contratação;
- Execução sob fiscalização direta da Secretaria, com emissão de relatórios periódicos de acompanhamento e medições para fins de pagamento.

As obrigações da Contratada e Contratante serão previstas em tópico específico do Termo de Referência.

### 3. Levantamento de Mercado

A estimativa de preços foi elaborada com base nos parâmetros técnicos e quantitativos definidos no Projeto Básico desenvolvido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cajapió/MA. Para sua composição, foram considerados os custos unitários praticados no mercado, bem como os referenciais atualizados do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

A estimativa contempla os custos com mão de obra, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), transporte e demais encargos necessários à execução adequada dos serviços, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade que regem a contratação pública.

### 4. Descrição da solução como um todo

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinado*  
Assessoria do Conselho Municipal  
Direção de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____ 6 _____
Rubrica

A presente contratação tem por finalidade a execução integral das obras de construção de unidades habitacionais de interesse social, vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, no Município de Cajapió/MA, em conformidade com os projetos arquitetônicos, memoriais descritivos e especificações técnicas previamente aprovados no âmbito do Programa.

A intervenção representa uma solução estruturante para a redução do déficit habitacional local e o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, muitas das quais se encontram desabrigadas em razão das enchentes recorrentes que atingem o município. O empreendimento busca oferecer moradias seguras, salubres e dotadas de infraestrutura mínima necessária, em consonância com as diretrizes federais e municipais de habitação social, além de garantir o direito fundamental à moradia digna previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

A solução contempla, de forma articulada, os seguintes serviços técnicos e operacionais:

- Execução das unidades habitacionais, com fundações, estrutura, alvenarias, cobertura, pisos e revestimentos, esquadrias, pintura e acabamentos básicos;
- Implantação das instalações elétricas e hidrossanitárias, em conformidade com as normas da ABNT e com as condições de fornecimento locais, assegurando qualidade, funcionalidade e durabilidade;
- Execução da infraestrutura urbana mínima, incluindo ligações domiciliares de água potável, energia elétrica, rede de esgoto e drenagem superficial, de modo a garantir plena habitabilidade;
- Urbanização básica do conjunto habitacional, com calçadas, acessos e paisagismo essencial, visando proporcionar conforto, segurança e integração ao espaço urbano;
- Adoção de medidas de segurança do trabalho e controle ambiental, com canteiro organizado, gestão de resíduos da construção civil (PGRCC) e mitigação de impactos locais;
- Entrega das unidades habitacionais concluídas, aptas à ocupação, acompanhadas de manual do proprietário e termos de garantia dos sistemas instalados.

A execução será acompanhada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O cronograma físico-financeiro aprovado deverá ser rigorosamente observado, assegurando a entrega das unidades dentro dos prazos estabelecidos. Considerando a complexidade da obra, o valor estimado da contratação e os princípios da legalidade,

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinado por: *[Assinatura]*  
Do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

isonomia e eficiência, a solução será viabilizada mediante licitação na modalidade Concorrência Pública, em formato eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Esse modelo garantirá ampla competitividade, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a contratação de empresa tecnicamente habilitada, com experiência comprovada e capacidade operacional para executar o empreendimento com qualidade, dentro dos padrões exigidos e no prazo estipulado.

### 5. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Com base no Projeto Básico elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cajapió /MA, foram definidos os serviços prioritários e necessários para a execução das obras de construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. A intervenção considera o déficit habitacional existente no município, agravado por enchentes recorrentes que deixaram diversas famílias desabrigadas, bem como a necessidade de proporcionar moradias adequadas, seguras e dotadas de infraestrutura mínima às famílias em situação de vulnerabilidade social.

A estimativa dos serviços a serem executados levou em conta o levantamento físico detalhado da área destinada à implantação das unidades, a adoção de soluções construtivas padronizadas previstas no Programa, a necessidade de instalações elétricas e hidrossanitárias adequadas, a execução de fundações, alvenarias, cobertura, esquadrias, pisos e revestimentos, bem como a pintura geral das dependências. Também foi considerada a implantação de infraestrutura básica, como ligações domiciliares de água potável, energia elétrica, rede de esgoto, drenagem pluvial e urbanização mínima do entorno, de modo a garantir condições plenas de habitabilidade.

As descrições técnicas e as respectivas quantidades dos serviços previstos encontram-se detalhadas no Projeto Básico, que integra os elementos essenciais da contratação e orientará a execução da obra pela empresa vencedora do certame licitatório.

### 6. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base no Projeto Básico

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Conselho M. Prefeito  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cajapió /MA, utilizando como referência os preços praticados no mercado local e os dados atualizados do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), conforme previsto na Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Com base nesses parâmetros, a estimativa global do valor da contratação foi fixada em R\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil reais).

#### **7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

O objeto da contratação não será parcelado, pois a fragmentação do serviço poderia comprometer a solução não será parcelada, visto que os serviços são homogêneos em natureza, técnica de execução e objetivos. O fracionamento não traria benefícios econômicos ou operacionais à Administração Pública, podendo, ao contrário, gerar dificuldades na coordenação dos serviços e na fiscalização contratual. Além disso, a contratação de uma única empresa favorece a padronização da execução, maior controle dos resultados e otimização de recursos.

#### **8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas à presente demanda.

#### **9. Resultados Pretendidos**

A contratação de empresa especializada para a construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Cajapió /MA tem como resultados esperados:

##### **9.1. Redução do déficit habitacional**

- Atender famílias de baixa renda, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social e desabrigadas em decorrência de enchentes recorrentes;
- Diminuir a carência de moradias dignas no município, assegurando acesso à habitação adequada e salubre.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. do Conselho Municipal  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Revisão	1

### 9.2. Melhoria da qualidade de vida da população

- Oferecer condições dignas de moradia, garantindo segurança estrutural, salubridade e acesso à infraestrutura básica (água, energia, esgoto e drenagem pluvial);

### 9.3. Fortalecimento das políticas públicas locais

- Promover dignidade, estabilidade social e fortalecimento dos vínculos comunitários das famílias beneficiadas.
- Consolidar a política municipal de habitação de interesse social, em alinhamento com as diretrizes do Governo Federal;
- Integrar ações das Secretarias Municipais de Administração e Finanças, Obras e Infraestrutura para efetiva gestão do projeto.

### 9.4. Desenvolvimento social e econômico

- Estimular a geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra, promovendo a movimentação da economia local;
- Incrementar a arrecadação indireta do município por meio da circulação de recursos financeiros vinculados à obra.

### 9.5. Sustentabilidade e planejamento urbano

- Ordenar o crescimento urbano mediante implantação de conjuntos habitacionais planejados e dotados de infraestrutura mínima;
- Reduzir ocupações irregulares e áreas de risco, evitando novas situações de vulnerabilidade social e ambiental.

### 9.6. Entrega de unidades habitacionais de qualidade

- Concluir a obra dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, com garantia de desempenho, durabilidade e funcionalidade;
- Disponibilizar moradias prontas para uso, acompanhadas de manuais de utilização e termos de garantia, assegurando transparência e segurança às famílias contempladas.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano do Carmo M. F. Filho  
Diretor de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____ 6 _____
Rubrica

## 10. Providências a serem adotadas

Serão adotadas as providências de formalização do processo licitatório, com a elaboração de minuta de edital e contratos, além da ampla divulgação do certame.

## 11. Possíveis Impactos Ambientais e Riscos da Contratação

### 11.1. Possíveis Impactos Ambientais

#### Supressão de vegetação e alteração do solo

- Necessidade de limpeza do terreno e movimentação de terra pode ocasionar a retirada de vegetação local e compactação do solo, alterando o ecossistema imediato.
- Risco de erosão e assoreamento de cursos d'água em caso de ausência de medidas de contenção. Geração de resíduos da construção civil Consumo de recursos naturais
- Produção significativa de entulhos, restos de materiais (cimento, areia, tijolos, madeira, metais, embalagens plásticas).
- Necessidade de manejo adequado por meio de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).
- Alto consumo de água, areia, brita, madeira e energia elétrica durante a execução da obra.
- Impacto indireto sobre a extração desses recursos, podendo pressionar fornecedores locais e regionais. Emissão de poeira e poluição atmosférica
- Poeira (material particulado) proveniente da movimentação de terra, transporte de insumos e etapas de demolição/execução.
- Emissões atmosféricas decorrentes do uso de maquinário e transporte de cargas. Poluição sonora
- Ruídos provenientes de equipamentos, máquinas e movimentação de veículos de transporte, com impacto direto sobre a vizinhança e fauna local. Alterações na drenagem superficial
- Risco de alagamentos ou má condução de águas pluviais em caso de não execução adequada de sistema de drenagem.
- Possibilidade de contaminação do solo e das águas por óleos e graxas de máquinas.

### 11.2. Riscos Associados à Execução

#### Riscos técnicos e operacionais

- Possibilidade de atrasos no cronograma por fatores climáticos (chuvas intensas comuns na região).
- Problemas de fornecimento de insumos e logística de transporte em função das

C.N.P.J.: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração,  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
_____ 3 _____
Rubrica

condições viárias locais. Riscos de segurança do trabalho

- Acidentes com operários no canteiro de obras caso não sejam observadas as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança.
- Exposição de trabalhadores e vizinhança a poeira, ruídos e resíduos. Riscos socioambientais
- Reclamações da comunidade vizinha por incômodos durante a execução (barulho, poeira, circulação de caminhões).
- Ocorrência de ocupações irregulares no entorno do conjunto habitacional durante ou após a obra. Riscos financeiros e de execução contratual
- Possibilidade de sobrepreço ou superfaturamento em caso de falhas na fiscalização.
- Risco de abandono da obra pela contratada sem garantias adequadas (exigência de seguro- garantia é essencial). Riscos pós-obra
- Moradias entregues sem qualidade técnica mínima ou com vícios construtivos que comprometam sua durabilidade.
- Deficiências na infraestrutura mínima (água, esgoto, energia, drenagem) que podem gerar passivos futuros para o município.

Dessa forma, os impactos ambientais e riscos da contratação podem ser mitigados com:

- Planejamento adequado do empreendimento e cumprimento rigoroso do Projeto Básico;
- Implementação de PGRCC e medidas de controle ambiental (cercamento do canteiro, umidificação para reduzir poeira, logística reversa de materiais);
- Adoção de planos de segurança do trabalho (PPRA, PCMSO, CIPA, treinamentos obrigatórios);
- Fiscalização contínua pela Prefeitura e órgãos de controle, assegurando que a contratada cumpra todas as obrigações técnicas, legais e ambientais.

## 12. Declaração de Viabilidade

A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, no Município de Cajapió /MA, revela se plenamente viável e necessária diante do déficit habitacional existente e das condições de vulnerabilidade social agravadas por enchentes recorrentes na região.

O objeto encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, atende às diretrizes do Programa

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano da Costa Coelho  
Da Diretoria de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	8
	2026

Federal e está devidamente fundamentado em Projeto Básico elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura. A solução proposta é tecnicamente adequada, financeiramente exequível, socialmente relevante e ambientalmente sustentável, contemplando infraestrutura mínima essencial para garantir habitabilidade e segurança às famílias beneficiárias.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta condições efetivas de execução, favorecendo a seleção de empresa tecnicamente habilitada, garantindo a economicidade, a transparência e a entrega de moradias dignas, em consonância com o princípio constitucional do direito à moradia e com o interesse público.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano da Costa M. F. Filho  
Dir. de Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO III  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)**

À \_\_\_\_\_ (citar o órgão)

Endereço: \_\_\_\_\_ (citar o endereço do órgão).

Apresentamos PROPOSTA DE PREÇOS de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos na Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

O preço global para a obra de \_\_\_\_\_ (obra objeto da licitação) é de R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com os quantitativos e preços unitários cotados por nossa empresa. O prazo de execução da obra será de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias consecutivos, conforme cronograma físico financeiro apresentado, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos. Declaramos que esta proposta tem validade de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados da data de abertura da licitação. Declaramos que os serviços serão prestados da forma especificada no Projeto Básico que segue como Anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026, assim como no \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ (Planilha Orçamentária, Composição de Custos Unitários, Composição de BDI, Cronograma físico financeiro, Curva ABC, Encargos Sociais, etc).

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriana Conceição M. Coelho  
Diretora do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	0121/2026
Folha	
Assinatura	
Carimbo	

Declaramos que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto; Declaramos, outrossim, que em nosso preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução da obra de \_\_\_\_\_ (obra objeto da licitação), inclusive as despesas com materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra de \_\_\_\_\_ (obra objeto da licitação), conforme projetos e especificações constantes do edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Administração

Declaramos que na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Administração, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, em conformidade com as normas mencionadas. Acompanham a nossa proposta de preços os documentos previstos Edital da Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dados necessários à elaboração do contrato:

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano da Conceição M. Coelho  
Dir. de Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	
	1
	Pública

- Nome completo, nº da carteira de identidade, nº do CPF, estado civil, profissão e domicílio do representante legal;
- Razão social da licitante; e
- Nº do telefone e correio eletrônico.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação do Representante legal do licitante)

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriano do Carmo  
Dir. de Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO VISTORIA E CONHECIMENTO DO LOCAL**

**DECLARAÇÃO FORMAL DE VISITA / VISTORIA**

Ref.: Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026

A empresa (razão social), inscrita no CNPJ n.º (informar CNPJ), sediada a (informar endereço completo), por intermédio de seu responsável técnico, infra-assinado, para fins de participação e habilitação na Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026, declara que VISITOU as áreas onde serão executados os serviços da licitação em referência a fim de inspecionar as instalações e realizar vistoria técnica das áreas físicas, obtendo o conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, de acordo com o Edital e anexos do certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e  
a devida identificação do Representante legal do licitante)

(nome completo da empresa e do seu responsável técnico, com assinatura do  
responsável técnico do licitante)

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrieto da Conceição M. Freire  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	1
	Município

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO FORMAL DE CONHECIMENTO PLENO DA CONTRATAÇÃO**

Ref.: Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026

A empresa (razão social), inscrita no CNPJ n.º (informar CNPJ), sediada a (informar endereço completo da empresa), por intermédio de seu responsável técnico, infra-assinado, para fins de participação e habilitação no Concorrência Eletrônica nº. \_\_\_\_/2026, declara, em substituição à vistoria prévia, que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, e que ASSUME todo e qualquer risco por essa decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços constante no Edital e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e  
a devida identificação do Representante legal do licitante)

(nome completo da empresa e do seu responsável técnico, com assinatura do  
responsável técnico do licitante

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	

**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026-**

**ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2026**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2026**

**Contrato nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM DE UM LADO O  
MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ,  
E DO OUTRO A  
EMPRESA,**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

1.1. Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ-MA**, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ, situada na Rua Manoel Mendonça, nº. 180, Centro, Cajapió-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.054.266/0001-01, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de ....., Sr. ...., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., sediada na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ....

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adm. da Contratação M. Coelho*  
Dir. de Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026
Folha _____
Rubrica _____

....., portador da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../ .., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de construção de unidades habitacionais do “Programa Minha Casa Minha vida”, de interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Cajapió-MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTID.	CATMAT	VALOR TOTAL
1	Prestação de Serviços de construção de 20 unidades habitacionais do “Programa Minha Casa Minha vida”	SERVIÇO	01	5622	R\$ 2.730.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Projeto Básico;

1.3.3. O Edital da Licitação;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. de Desenvolvimento, Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	
	4
	Publica

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ..... , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável, conforme os artigos 111, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Proto. nº	012/2026
Folha	
	8

**5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI e SICRO do mês dezembro do ano de 2025.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC - Índice Nacional de Custo da Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adriana da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
	Rubrica

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adrielly da Conceição M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	8

8.14.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração  
Cajapió - Maranhão





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Contratado  
Dir. do Departamento de Administração



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
RUBRICA	

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.18. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.19. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.20. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função. 9.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adriano da Conceição M. Oliveira*  
Dir. de Departamento de Administração  
Instituição e Manutenção



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
RUBRICA	

9.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.25. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.26. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.27. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.28. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.29. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.29.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01    End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -    CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Conceito M. C. C. C.  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Gestão



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026
Folha _____
_____
_____

9.29.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.29.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.29.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.29.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.29.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.29.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.29.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Secretário de Meio Ambiente  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Projetos



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
RUBRICA	

Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.30. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.31. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Assinado*  
Assento do Conselho de Câmara  
Dir. de Departamento de Administração  
Rafael Ribeiro de Aguiar



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº	012/2026
Folha	
Assinatura	<i>[assinatura]</i>
Rubrica	

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*[assinatura]*  
Diretor do Departamento de Administração  
Fiscalização e Planejamento





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

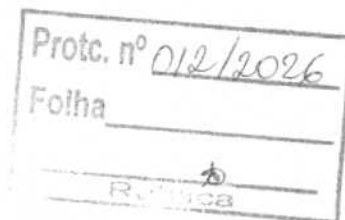
CAJAPIÓ-MA



*[assinatura]*  
Assessoria de Comunicação  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Projetos



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adrielly da Conceição M. Chaves*  
Dir. de Departamento de Administração  
11/08/2026



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura do Prefeito M. Coelho  
Dir. do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01

End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro -

CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Atestado de Recebimento do Chefe  
Do Departamento de Administração  
90/94



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Assinatura	8
Rubrica	

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**RECURSO:CONVÊNIO,**

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

**RECURSO:TESOURO MUNICIPAL,**

Poder: 02. Prefeitura Municipal,

Órgão: 02.09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Unidade: 02.09.01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Funcional Programática: 16.482.0012.1012.0000 Construção de Casas Populares.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.0. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUITA – ALTERAÇÕES**

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura  
Diretor do Departamento de Administração  
Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº	012/2026
Folha	
Rubrica	

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DO FORO**

17.1. - As partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, o Foro da Comarca de São Vicente de Férrer-Maranhão, para submeter o presente Contrato, obrigando ao seu integral cumprimento seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para uma só finalidade, a fim de que possam produzir os seus devidos e legais efeitos.

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Adm. em 01/12/2026  
Dir. do Departamento de Administração





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Protc. nº 012/2026  
Folha \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

Cajapió/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**Município de Cajapió - MA**

Secretária Municipal de Administração Planejamento e Finanças  
CLEIANE PENHA BARROS  
Contratante

.....  
.....  
Contratada

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



Assinatura da Secretária Municipal de Administração Planejamento e Finanças  
Cleiane Penha Barros



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ  
CAJAPIÓ-MA

Prot. nº 012/2026  
Folha \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Este volume do edital de licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2026, possui 94 (noventa e quatro) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Cajapió, Estado do Maranhão, 28 de janeiro de 2026.

**Adriely da Conceição Matos Coelho**  
Diretora de Departamento de Administração e Finanças

C.N.P.J: 06.054.266/0001-01 End.: Rua Manoel Mendonça, 180 - Centro - CEP: 65.230-000

CAJAPIÓ-MA



*Adriely da Conceição M. Coelho*  
Dir. do Departamento de Administração e Finanças